

DIGITALIZAÇÃO DA DOUTRINA JURÍDICA ACADÉMICA PORTUGUESA (C. 1800-C.1910)

António Manuel Hespanha

1. Uma equipa de docentes e estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa empreende, desde há cerca de quatro anos, a digitalização e disponibilização digital da doutrina jurídica de natureza académica produzida no séc. XIX.
2. A tarefa é facilitada pela existência de uma única Faculdade de Direito em Portugal, até 1911, embora tenham sido incluídos na edição textos de natureza doutrinária não ligados à Universidade ou não provenientes de professores seus.
3. O programa total de digitalização – que já está realizado em c. de 90 % - foi financiado no âmbito de dois projectos financiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, do Ministério da Ciência e Ensino Superior português.
4. Do ponto de vista técnico, utilizaram-se sistemas de digitalização e de edição electrónica correntes. Digitalização com *scanners* de mesa ou manuais (o triste e inexplicavelmente desaparecido *Capshare 920*, da HP ...); muito raramente a fotografia digital, apenas utilizada quando a salvaguarda dos originais o exigia; a edição foi feita quase invariavelmente em formato PDF, com passagem prévia por um outro editor de imagens, para “limpeza” e “restauro” de páginas (normalmente, utilizou-se o também desaparecido *Pagis*, da Scansoft).
5. Os primeiros resultados foram a edição do DVD “*Fontes para a História Constitucional Portuguesa (c. 1800-1910)*”, editado em 2004, destinado a ser também disponibilizado no site “*Biblioteca Virtual*” da Biblioteca Nacional, em virtude de protocolo celebrado com a mesma instituição. Constitui uma compilação de textos básicos para uma História do constitucionalismo monárquico em Portugal, incluindo, as Constituições Portuguesas, os projectos constitucionais, os debates constituintes, manuais de lições universitárias de direito constitucional bem como outras obras de referência para a História Constitucional Portuguesa, tudo acompanhado de instrumentos de pesquisa, bio-bibliografia dos autores incluídos, de repertórios da época e mesmo de um índice de tópicos doutrinários, referentes aos manuais recolhidos. Num total de c. de 40 000 páginas.
6. Entretanto, o programa continuou-se no projecto “*Arquivos Digitais do Direito e do Estado (Portugal, séc. XIX)*”, que disponibiliza versões digitais dos textos doutrinários de outros ramos do direito português do

século XIX, eventualmente acompanhados da legislação de referência, sempre introduzidos por um texto de síntese, que expõe as linhas gerais da história do respectivo ramo de direito e do seu ensino em Portugal naquela época e complementados por notas bio-bibliográficas dos autores e obras publicados. Ao mesmo tempo, garante-se a preservação de obras muito raras e dificilmente disponíveis, como, nomeadamente, “sebentas”, designação conimbricense tradicional dos manuais escolares recolhidos das lições orais por estudantes e, depois, vendidas aos colegas em versão litografada. Neste momento, estão prontas as secções de direito administrativo e direito penal.

7. Em material de digitalização, o conjunto de obras já prontas – cerca de 600, algumas com vários volumes (v.g., a colecção de “acórdãos” do Conselho de Estado tem 18 volumes) – atingiu-se praticamente 95 % dos objectivos.
8. Por isso, e porque a edição dos DVDs tomará ainda algum tempo, dada a necessidade de elaborar os ensaios introdutórios, a Faculdade de Direito decidiu integrar na comemoração do seu 10º aniversário a disponibilização no seu site do conjunto de material já digitalizado (conferido, e editado), o que acontecerá até ao próximo verão.
9. Do ponto de vista da formação, este projecto tem permitido incorporar estudantes em trabalho de investigação, não apenas relativo à técnica de digitalização e tratamento de textos, bem como a elaboração de matrizes de DVDs, mas ainda relativo à história do direito, cometendo-lhes a realização de estudos bio-bibliográficos, trabalho que os familiariza com as técnicas de investigação histórica.
10. Ainda neste domínio, alargou-se um pouco a temática da investigação, por um lado no campo do direito colonial, procedendo a uma recolha mais sistemática de fontes, por outro no da reconstituição das leituras dos professores (e estudantes ?) da Faculdade de Direito de Coimbra, na segunda metade do séc. XIX, feita através do estudo das compras de livros feitas pela Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e pela Biblioteca do Instituto Jurídico da Faculdade de Direito de Coimbra. Recorreu-se, também, a estudantes, para se fazer um primeiro tratamento de dados.
11. Isto possibilita agora encarar a participação de estudantes-bolseiros como autores ou co-autores de comunicações a um Congresso Internacional, a organizar em Novembro de 2007, comemorativo dos 140 anos do primeiro Código Civil português. Assim como tem permitido responsabilizar cada um pela coordenação de DVDs, nos seus aspectos técnicos. Os resultados têm sido muito positivos, também neste aspecto, constituindo uma realização parcial da filosofia de ensino que subjaz à actual reforma europeia de estudos universitários.
12. Quanto a investigação sénior, uma vez que a “introdução” a cada DVD constitui um artigo inédito e inovador, pode dizer-se que o projecto

produziu, até agora, trabalhos dos dois docentes coordenadores sobre a evolução oitocentista do direito constitucional, administrativo, colonial, penal, bem como sobre o trânsito e influência do direito oitocentista para o direito do Estado Novo.

13. Além dos DVDs já finalizados (Constitucional, Penal e Administrativo), encontram-se neste momento em execução adiantada ou muito adiantada vários outros DVDs:

- Direito Civil;
- Trabalhos preparatórios e discussão do Código Civil de 1867;
- Direito Financeiro;
- Direito Colonial;
- Direito Eclesiástico;
- Filosofia do Direito;
- Direito Internacional público;
- Direito Internacional privado;
- Repertórios ou índices de legislação de c. 1860 a c. 1867 (fins de 2007);
- Organização Judiciária (lições universitárias e diplomas orgânicos) (fins de 2007);
- Processo civil e criminal;
- Direito comercial.

Muito provavelmente, far-se-ão ainda mais dois ou três DVDs com material recolhido e que merece ser editado à parte.

14. A equipa de trabalho é dirigida por António Manuel Hespanha e Cristina Nogueira da Silva.